



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE

Identificação: CIDADES B2

Data: 08/11/2012

Atendimento não será terceirizado

O Ipesaúde suspendeu o chamamento público para terceirização do Serviço de Pronto Atendimento (SPA). A decisão foi comunicada ontem, 7, em uma audiência no Ministério Público de Sergipe (MPE), na Promotoria de Direito da Saúde, com a participação de representantes do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Sergipe (SEESE), Sindicato dos Médicos do Estado de Sergipe (Sindmed) e do Conselho Regional de Medicina. “Em face dessa situação o MPE arquivou o processo administrativo, chamando a atenção das partes para que

fosse feito o contato com as categorias para tentar uma negociação específica”, afirmou a promotora Euzamissano.

A audiência foi resultado de uma representação feita pelo SEESE ao MPE informando que havia sido apresentado um chamamento público para a operacionalização e execução dos serviços de saúde do SPA deveria funcionar através de uma organização social ou pessoa jurídica. “O Ministério Público já ajuizou uma ação civil pública contra o Estado de Sergipe para que fosse feito o concurso público para garantir o serviço para os servidores

usuários do Ipesaúde. A ação está em tramitação na Justiça”, informou a promotora.

Segundo a representante do Sindicato dos Enfermeiros, Norma Cleia Cisneiros, a denúncia foi feita em outubro de 2012. “Em todos os Estados em que essa terceirização foi realizada não deu certo e nem agradou aos usuários do serviço. A Fundação Hospitalar de Saúde é a prova viva de que essa ação não funciona. O Ipesaúde tem prestado seu serviço sem maiores problemas. Existe sim, a necessidade de um concurso público para a contratação de mais funcionários e assim melhorar

o atendimento à população”, afirmou Norma Cleia.

O chefe da Procuradoria Jurídica do Ipesaúde, Murilo Oliveira, disse que manterá contato para negociação com todas as categorias, a exemplo dos enfermeiros, técnicos e médico. “Suspendemos o chamamento público, inclusive com publicação no Diário Oficial, por causa da polêmica gerada em relação ao assunto. Vamos chamar cada categoria para conversar para que tentemos solucionar esse impasse. Após essa conversa o MPE será notificado sobre as decisões que foram tomadas”, declarou Murilo.